

As políticas e o planeamento da educação

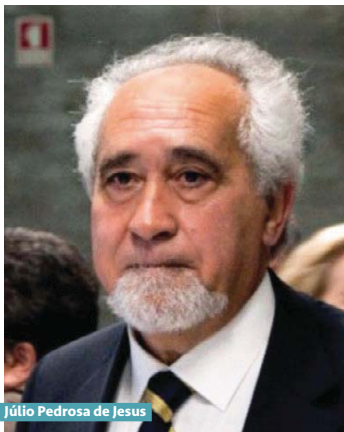
JÚLIO PEDROSA DE JESUS *

A Educação é um assunto que envolve um alargado e diferenciado leque de grupos de interessados – alunos, pais e encarregados de Educação, educadores e professores, lideranças de Instituições Educativas, autarcas e agentes económicos, etc. Assim sendo, a esta palavra podem ser atribuídos significados bem diversos. O que nos interessa hoje considerar como foco é a Educação como processo de desenvolvimento da pessoa, o qual começa antes de nascer e continua pela vida fora. As Instituições Educativas, as Escolas, serão, naturalmente, atores decisivos na busca e oferta da Educação de que necessitamos.

A meu ver, as Escolas têm pela frente duas questões fundamentais, a que a Sociedade Portuguesa também deve dedicar grande atenção. Escolher metas, fins, desígnios que valha a pena assumir. Aprender a gostar de si e a despertar a confiança dos outros.

O grande pedagogo Friedrich Herbart, há mais de um século, deixou-nos uma ideia que não me canso de a repetir: aquilo que se pretende ao administrar e exigir educação depende do ponto de vista de que se parte para encarar o assunto. A maioria daqueles que educa não se preocupou em formar previamente uma opinião sobre esta questão.

Um relatório recente da OCDE, publicado em 2018, com o título *The future of education and skills*, é um documento muito relevante, nomeadamente pela sua relação



Júlio Pedrosa de Jesus

com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Assim, esta publicação sistematiza os três desafios que os Sistemas de Educação devem enfrentar neste século XXI, a saber: o desafio ambiental, o desafio económico (interdependências globais-locais) e o desafio social (migrações, urbanização e aumento da diversidade social e cultural). Reconhecendo que estes desafios irão afetar a vida das pessoas nas próximas décadas, contribuindo para reconfigurar os contextos locais e globais, a OCDE alerta para a importância de uma participação alargada de todos os países na construção de soluções

globais e locais. E, tendo aqueles desafios como referência, aponta a necessidade de os Sistemas de Educação assumirem um amplo debate e uma ação concertada nos processos de formação. Uma iniciativa deste tipo deve ter em conta que os alunos melhor preparados para o futuro e com potencialidades para serem agentes de mudança são aqueles que tiverem oportunidades para desenvolver um amplo conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários à vivência social e à sustentabilidade da vida no mundo.

Estes pensamentos sobre a Educação podem abrir o debate

e reflexão necessários sobre a Educação que nos faz falta, para se enfrentar, com êxito, os desafios que a nação portuguesa enfrentará. Isto significa que, clarificado para que serve a escola, qual o seu fim, que missão deve ela cumprir, se pode avançar na estruturação de Políticas e Planos para a Educação neste século.

MAS, É INDISPENSÁVEL TER PRESENTE que aquela discussão não pode prescindir de um outro que nos interpele sobre o que a Sociedade Portuguesa deseja ser, para que futuro quer caminhar, que destino a pode mobilizar. Tenho vindo a consolidar a convicção de que os portugueses se zangam com a escola porque esta não corresponde às expectativas que eles lhe fixam, as quais são altas e têm associadas significativo reconhecimento, apreço e confiança na sua função. Ora, à escola pede-se hoje quase tudo aquilo que uma sociedade saudável precisa para cuidar de si: educação e instrução de crianças, jovens e adultos; desporto, arte e divertimento; tratamento de doenças e promoção de saúde; terapia e educação familiar; assistência social, tratamento e prevenção da toxicod dependência; segurança, prevenção e combate à criminalidade. Isto significa que, dos professores não se espera apenas que sejam competentes na sua função de educar, formar e instruir. Estende-se a expectativa sobre a sua ação a ponto de se esperar que podem ser também excelentes

assistentes sociais, médicos, psicólogos, pais, diretores espirituais ou políticos inovadores.

Mas o típico e bem português discurso pessimista, maldizente, corrosivo, destruidor, não acontece só com a escola. Estamos acostumados a vê-lo registado pelos nossos historiadores, escritores e políticos. Por isso insisto em ligar os problemas e os desafios da escola a um desígnio novo para a nação portuguesa, que nos eleve, nos exija, nos desafie a sermos mais conformes com o que cada um desejaria que fossemos todos.

Estou em crer que uma escola que assuma uma missão pública em que a generalidade dos cidadãos portugueses se reveja, tem que criar nos seus alunos o gosto e o orgulho de ser parte de um povo, de uma terra, de uma cultura, de um universo, que justifiquem um destino em que se acredite. Exigir-se-ia, então, que discutíssemos e acordássemos sobre as ideias de Portugal que os portugueses desejam construir com as suas crianças, adolescentes e jovens, nas escolas, nas famílias, nas comunidades em que vivem.

Se defendemos que a Democracia deve ser vivificada, reforçada e projetada, já é altura de sabermos que valores comuns propomos à Escola para a Educação de quem a frequenta e se estamos dispostos a demonstrar a sua persistência nas comunidades, nas empresas, na vida pública, nos média.

Se a exigência, o rigor e a qualidade forem palavras que expressam desejos para a Escola, justifica-se uma atenção sistemática para com o grau de uso que lhes damos nas famílias, nos locais de trabalho, nos espaços públicos que frequentamos. Se a organização e administração das escolas, a

dedicação, o profissionalismo e a competência dos seus trabalhadores são sistematicamente invocados, para justificar resultados insatisfatórios, disfunções, erros e anomalias, deve perguntar-se pelo relevo que damos à exigência de padrões idênticos para cada um de nós e para as organizações a que nos ligamos.

ATREVER-ME-IA, ENFIM, a organizar os problemas e desafios do Sistema Educativo em dois grupos. No primeiro incluiria as questões de princípio, os fins da educação e da escola, a missão dos educadores profissionais e dos pais, a responsabilidade partilhada e assumida por todos. No segundo grupo colocaria as questões operacionais: as condições para o bom funcionamento das escolas, da administração e gestão; a escolha judiciosa de currículos, de métodos e técnicas de ensino, de sistemas de avaliação; a formação dos educadores de infância e dos professores, uma atenção exigente à gestão de conflitos às relações entre parceiros sociais.

Uma escola que assuma uma missão pública em que a generalidade dos cidadãos portugueses se reveja, tem que criar nos seus alunos o gosto e o orgulho de ser parte de um povo, de uma terra, de uma cultura, de um universo, que justifiquem um destino em que se acredite

As questões e problemas associados ao segundo grupo estarão sempre presentes em qualquer modelo, sistema ou opção sobre os princípios, requerendo um trabalho regular, sistemático, a partir da realidade que temos. Existem até, felizmente, muitíssimos exemplos de escolas, de agrupamentos de escolas, de professores e outros profissionais, que nos dão provas de exigência, de qualidade, de bem-fazer, no quadro de princípios que servirão a organização da escola de hoje.

Será que a Educação não é mesmo, um dos recursos mais importantes de que dispomos para nos apetrecharmos e construirmos as melhores respostas ao presente e para podermos enfrentar futuros imprevisíveis, com sucesso? Sim, a meu ver a Educação é esse recurso único, fundamental, que requer a nossa atenção e trabalho árduo e dispomos de um Sistema Educativo que tem condições para ser a base de um tal trabalho. Atrevo-me, contudo, a

propor algumas iniciativas e mudanças para que este Sistema sirva os fins que nos permitirão alcançar o futuro almejado.

Assim, permito-me precisar algumas sugestões para ações que, favorecendo as respostas à diversidade de destinatários, promovem também a equidade no acesso e na conclusão de estudos secundários e superiores:

a) Consolidar e valorizar a Rede de Educação Pré-escolar aprofundando a sua missão de contribuir para o desenvolvimento pessoal, cultural e social das crianças;

b) Consolidar uma rede de oferta de Educação Secundária diversificada e de grande qualidade, e aumentar o acesso dos jovens à Educação Secundária no ano devido, em que se inclua a via profissional e tecnológica;

c) Rever profundamente a formação inicial de educadores e professores, e proporcionar formação continuada com a qualidade requerida, com soluções de proximidade e envolvimento das Instituições de Educação Superior;

d) Aumentar a qualificação da população ativa até ao nível mais elevado possível, através de uma rede de ofertas descentralizada, em termos tais que cada português possa;

e) Estimular a criação de redes de escolas secundárias associadas a instituições de Educação Superior para a prossecução de projetos de mútuo interesse.

AS AÇÕES NECESSÁRIAS serão favorecidas por intervenções em sedes diversas. A nível do poder político, requer-se uma intervenção forte e transparente do Estado e a entrega da Regulação da Educação a uma entidade independente, autónoma, com mandato que não seja afetado pelas mudanças de Governo. Em tais sedes (Estado e Entidade Reguladora da Educação) residirá a responsabilidade por definir a missão da rede, os planos, os recursos e as regras para o seu funcionamento, a supervisão e a regulação. A nível das instituições educativas reside a responsabilidade pela escolha da missão específica, pela contratualização das condições e dos meios necessários ao seu cumprimento e pela realização dos fins acordados, cumprindo requisitos de qualidade avaliados por ente próprio, a Fundação para a Avaliação e Acreditação.

A organização e governança das instituições será aquela que melhor servir os seus fins, dentro do quadro geral legal estabelecido, munindo-se dos recursos mais ajustados à missão da instituição e usando da transparência e prestação pública de contas a que qualquer ente de interesse geral público se deve sujeitar. **JL**

** Júlio Pedrosa, Reitor da Universidade de Aveiro entre 1994-2001, ministro da Educação em 2001 e 2002, presidente do Conselho Geral do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa*

AS POLÍTICAS DE PLANEAMENTO
E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Por **Júlio Pedrosa**, ex reitor da Universidade
de Aveiro e ministro da Educação p. 6/7